



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 088

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**Republicado por incorreção:****ATO DO PRESIDENTE Nº 12/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar Externa do Parque Nacional do Iguaçu, composta pelos deputados Elton Carlos Welter, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Ademir Bier, Chico Noroeste e Ademar Luiz Traiano, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 15 de outubro de 2003, para averiguar, *in loco*, a situação de conflito existente no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná e que tem como origem o fechamento da Estrada do Colono.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE OUTUBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Reni Pereira e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os senhores

deputados Nereu Moura, Luiz Nishimori e Vanderlei Iensen (03), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Mesa informa que o Pequeno e o Grande Expedientes serão destinados à homenagem que a Assembléia faz à Legião da Boa Vontade pela comemoração do 14º Aniversário de inauguração do Templo da Legião da Boa Vontade.

**Sessão de homenagem à LBV**

É com alegria que, na condição de presidente do Poder Legislativo do Paraná, venho saudar a Legião da Boa Vontade.

Num período em que vemos crescer a participação do chamado terceiro setor na vida comunitária, a LBV se reafirma um grande exemplo de como a sociedade pode se organizar em torno de uma idéia e agir para mudar a vida de centenas de milhares de pessoas.

Não se falava em ONG's - Organizações Não-Governamentais - quando Alziro Zarur fundou oficialmente a LBV, em 1º de janeiro de 1950. Fruto do sonho ousado de um homem, a LBV cresceu, firmou-se no panorama da vida brasileira e expandiu seu trabalho para além-fronteiras.

Reconhecida pelo Conselho Econômico e Social da ONU por seu trabalho, uma honraria concedida a poucas entidades em todo o mundo, a LBV atua hoje na promoção humana, social e espiritual em seus países: Argentina, Portugal, Estados Unidos, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Mas o grande exemplo do seu trabalho, que envolve milhares de voluntários inspirados pelo exemplo cristão, está no Brasil. As ações são muitas e beneficiam quem delas mais precisa, as famílias carentes.

O foco principal está na educação, origem de todas as soluções. Fundamentado na adoção de valores espirituais, o trabalho está presente nas centenas de escolas e centros educacionais e comunitários espalhados pelo país, símbolo da força de uma idéia!

A semente plantada há 53 anos germinou e seus frutos são, hoje, colhidos diariamente. E certamente não há maior recompensa do que o sorriso no rosto daqueles que, tocados pela solidariedade, viram suas vidas se transformar.

Parabéns à LBV! Que seu exemplo continue vivo! O Brasil agradece!

Muito obrigado!

Posteriormente, o deputado Fernando Ribas Carli falará, em nome da Assembléia do Paraná, em homenagem à LBV.

Solicito ao 1º secretário - deputado Reni Pereira, que proceda a leitura dos termos da homenagem a ser entregue à LBV.

**O SR. RENI PEREIRA**

“Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do deputado Hermas Brandão e aprovado pelo douto Plenário, manda lavrar nos Anais desta Casa de Leis votos de congratulações e aplausos à Legião da Boa Vontade. Curitiba, 22 de outubro de 2003, deputado Hermas Brandão - presidente da Assembléia Legislativa.”

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido as deputadas Cida Borghetti; Luciana Rafagnin e Elza Correia, para que procedam à entrega da homenagem ao administrador do Templo da Boa Vontade, senhor Paulo Medeiros, pelos quatorze anos de inauguração do Templo.

**(É feita a entrega da homenagem)**

**(Aplausos)**

Passamos a palavra ao senhor Paulo Medeiros, administrador do templo da Boa Vontade, para suas considerações.

**O SR. PAULO MEDEIROS**

Nossa saudação a todos os componentes desta Casa do povo, desde o nosso presidente Hermas Brandão, aos senhores deputados, e até os mais simples funcionários.

Que todos recebam os agradecimentos da LBV e do seu presidente, José de Paiva Neto.

**(Lê):**

É com muita honra que estamos aqui no Estado do Paraná, na bela cidade de Curitiba, para recebermos uma homenagem dirigida ao Templo da Boa Vontade que neste último dia 21 comemorou seu 14º aniversário.

São 14 anos com seus portais abertos, acolhendo os seres humanos e espirituais, nas 24 horas do dia. Os peregrinos do mundo todo que o visitam, o fazem ser reconhecido como o monumento mais visitado de Brasília, segundo dados da Adetur - Agência de Desenvolvimento do Turismo no Distrito Federal.

O Templo da Boa Vontade, idealizado e construído pelo presidente da Legião da Boa Vontade, jornalista e escritor José de Paiva Neto, é hoje o símbolo maior do Ecumenismo Irrestrito e tem como objetivo confraternizar seres terrestres e celestes de todas as raças, filosofias, credos religiosos e também ateus e materialistas, pois para a LBV somos todos filhos do mesmo pai, que é Deus, sinônimo de Amor.

Falar dos ambientes do Templo da Boa Vontade é apresentar uma aula sobre arte e suas mais distintas representações.

Ao entrar pelo túnel de acesso ao Templo, já se pode vislumbrar no piso em granito e desenho em espiral. A cor escura gira em sentido anti-horário, representando a jornada difícil do homem na busca de um ponto de equilíbrio. No centro da pirâmide, exatamente sob o cristal, uma placa redonda de bronze simboliza a descoberta da luz e o início de uma nova jornada. Na espiral clara, em sentido horário, vemos uma trilha iluminada pelos valores morais e espirituais adquiridos pelo esforço próprio do ser humano, que termina no trono e altar de Deus, onde se recebe a energia.

A representação do trono e do altar de Deus, num trabalho artístico feito pelo saudoso escultor italiano Roberto Moriconi, é o ponto referencial para a fé das criaturas que visitam o local, sejam quais forem suas crenças. As obras estão posicionadas no sentido Leste-Peste, simbolizando a união entre o misticismo do Oriente e o pragmatismo do Ocidente. O escultor, completa com a inscrição de uma frase de Paiva Neto: “Todo dia é dia de renovar o nosso destino”.

A pirâmide heptagonal tem no seu topo aquela que é considerada a maior pedra de cristal puro do mundo. O cristal, segundo estudiosos, purifica o ambiente ao catalisar energias que incitem sobre os que adentram o local.

O Salão Nobre, “para receber o povo com nobreza”, como o define Paiva Neto, é dotado de instalações amplas. Nele encontram-se esculturas do Faraó Ramsés II, que integram a decoração da Sala Egípcia.

A Sala Egípcia adicionou mística e arte milenar ao ambiente de meditação, nos moldes do Egito Antigo, em terceira dimensão. Ela tem ambiência ideal destinada ao restabelecimentos das forças vitais do ser. As pinturas e esculturas são do artista Marciel Oehlmeyer.

Além da Galeria de Arte, com seus 570m², que é um dos maiores centros culturais de Brasília, tendo um acervo com obras de autores famosos, além de exposições e mostras itinerantes, há ainda o Memorial Alziro Zarur, para o qual a saudosa artista plástica alemã Ula Haensell deixou como legado um majestoso painel em cristal com interferência no mármore, “A Mandala”. A parede de fundo do Memorial é decorada com o painel “A conquista”, do renomado pintor Sátyro Marques, que mostra a vitória do Cavaleiro do cavalo branco do Apocalipse de Jesus (o próprio Cristo) sobre toda a miséria humana e espiritual.

A água que passa pelo interior do solo da pirâmide (bem como sob a pedra de cristal puro) jorra na fonte montada pelo especialista japonês Shoichi-Hisano.

O Templo da Boa Vontade tem proporcionado muitos benefícios aos que dele buscam a contemplação de seus anseios, sejam dores físicas ou espirituais. É o ponto de encontro de todos os que desejam trabalhar pelo triunfo do Amor, da Verdade e da Justiça. Sendo, sem dúvida, uma contribuição do Brasil à Paz Mundial; um marco de união entre os povos; um brado à consciência de todos, anunciando que Deus existe e é Amor.

Encerrando nosso pronunciamento, queremos destacar aqui esta definição de seu construtor Paiva Neto sobre o Templo da Boa Vontade:

“O Tempo da Boa Vontade, em Brasília, Brasil, surge para cumprir uma grande finalidade no mundo. Ele é conhecido também como o Templo do Ecumenismo Irrestrito, não somente porque suas portas estão abertas a todos os seres de Boa Vontade, mas porque propõe a conciliação universal de todo o conhecimento humano espiritual, numa poderosa força a serviço dos povos”.

Fica aqui o nosso convite a todos os presentes que visitem o Templo da Boa Vontade em Brasília, no Setor de Grandes Áreas Sul - lotes 75 e 76.”

A todos os senhores o nosso muito obrigado em nome do presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Neto e a todo povo do Paraná representado aqui nesta Casa, o nosso forte abraço e muito obrigado.

**(Aplausos)**

Gostaria de aproveitar a oportunidade para entregar aos senhores componentes da Mesa, senhor presidente, uma réplica do Templo da Boa Vontade, em cristal puro, que representa o monumento mais visitado da nossa capital Federal.

#### **(Entrega da réplica do Templo da Boa Vontade)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de encerrarmos, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli, que fará a saudação em nome desta Casa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhor Paulo Medeiros, administrador do Templo da Boa Vontade, o Templo da Paz.

É com muita alegria e entusiasmo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná homenageia hoje o 14º aniversário do Templo da Paz. Tivemos aqui a oportunidade de, nas palavras de Paulo Medeiros, conhecer um pouco, saber um pouco do que é o Templo da Paz na Capital Federal.

Queria, ao iniciar as minhas palavras, usar uma frase: “O Brasil precisa agora mais do que nunca da união de todos os seus filhos.”

**(Aplausos)**

Se tirarmos do contexto e analisarmos isoladamente, vamos ver que é de uma qualidade impressionante, uma profundidade maior. Nós homens públicos, políticos estamos acostumados no trato com a população. Perto daqueles que mais sofrem, que mais necessitam da solidariedade, sabemos que sempre a união de todos é em prol de todos.

Esta frase é do criador da LBV, da legião da Boa Vontade. Dito isso, lá no limiar dos anos 40. Dita por Alziro Abraão Elias Davi Zarur.

Vejam só: Abraão Elias Davi Zarur, interessante o jogo de palavras, interessante a composição do nome, porque, se analisarmos Abraão, temos patriarca; se analisarmos Zarur o seu final tem Ur, que é a cidade onde nasceu o nosso patriarca Abraão e que coincidência fantástica uma pessoa receber esse nome e ter a capacidade, de num trabalho profundo, de conhecimento, de estudo desenvolver uma ação que a cada dia torna-se mais atual.

Lá nos primórdios dos anos cinquenta, 01 de janeiro de 1950, ele inicia a LBV, a Legião da Boa Vontade, num momento em que ninguém imaginava ou pudesse saber o que era uma ONG, uma organização não-governamental. E aí se desenvolve um trabalho que se espalha por todo o Brasil.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ainda quando criança, em minha casa, tínhamos de ouvir o Alziro Zarur, a Hora da Boa Vontade.

Zarur, um homem que tinha um futuro esplêndido pelo seu conhecimento, pelo seu dinamismo, pela sua espiritualidade, deixou tudo de lado e partiu para o caminho da solidariedade. Essa solidariedade que nós vemos a cada dia, mais e mais a necessidade de termos presente quando vivemos num mundo, senhor presidente, em que os números são mais importantes; que os resultados econômicos são mais importantes, que os resultados das pessoas muitas vezes são deixadas de lado e o que importa é vender a qualquer custo; num mundo em que muitas vezes nós vemos, senhor presidente, os órgãos públicos dando mais ênfase à questão econômica do que à questão social; num mundo em que vivemos com pessoas sofrendo por falta de atenção à saúde; quando assistimos as pessoas cada vez mais necessitando de uma porta aberta para lhe oferecer um emprego.

Já naquela época o pensamento deste grande pensador cristão, que foi Alziro Zarur, foi no sentido da solidariedade, de melhorarmos a vida do próximo para que todos tivéssemos uma vida melhor.

A Legião da Boa Vontade cresceu, se espalhou por este país todo, foi para outros países. Hoje, a Legião da Boa Vontade está presente em diversos países da América Latina e também presente lá nos Estados Unidos. Vejam só que coincidência: pouco antes de vir para esta tribuna tive oportunidade de conversar com o ilustre deputado André Vargas, presidente do Partido dos Trabalhadores do Paraná e ele me dizia: “eu fui legionário da LBV”!

O deputado André Vargas sabe como ninguém o valor dos legionários e da instituição da Boa Vontade. Uma organização que se dedica aos menos favorecidos, aos pobres. Quando assistimos a preocupação justa dos governantes, uma preocupação procedente do presidente da República com o Fome Zero, essa mesma preocupação tinha já a Legião da Boa Vontade quando instituiu a sopa para os pobres, e certamente, naquela época, os

pobres eram em muito menor quantidade e já despertavam a preocupação de um homem que pensava no bem-estar da população brasileira.

Por isso, quero aqui, nesta data em que se completa o 14º aniversário do Templo da Paz, que é a sede da Legião da Boa Vontade, que é o local onde todos podem professar o ecumenismo, o grande encontro de todas as religiões, de todas as crenças, dizer que é de uma importância muito grande esta sede, pelo que ela representa, pelo que ela informa, transmite às pessoas que estão lá.

Mas, tenham certeza, como homem público que sente no dia-a-dia as aflições do nosso povo, quero dizer que o trabalho que os senhores, os legionários da LBV fazem, é muito superior a todos os templos que se possam construir neste mundo.

Um trabalho dedicado, um trabalho de amor, de afeição, na promoção social, na assistência social, na educação, no ensino de 1º grau, no ensino profissionalizante, preocupados em fazer a ascensão das pessoas. Só mesmo uma pessoa que se inspirasse em São Francisco de Assis poderia agir desta maneira. E, assim agiu Alziro Zarur. E que beleza, que alegria, senhor presidente e senhores deputados, nós poderemos ter a seqüência deste trabalho por aqueles que substituíram Zarur! Ninguém é eterno! Alguém só se torna eterno quando seus pensamentos e a sua luta continuam! E os pensamentos, a doutrina e a luta de Zarur continuam cada vez mais vivas, então ele é eterno!

Temos hoje na presidência, De Paiva Neto. O dinamismo de De Paiva Neto, o trabalho que se desenvolve com maestria, mas principalmente com a marca efetiva da solidariedade. Queria, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, neste dia e neste momento, dizer que se nós tivéssemos tido mais alguns Zarur no Brasil, certamente nós já teríamos amenizado um pouco mais o sofrimento do nosso povo.

Mas, também quero dizer que o trabalho que ele iniciou, que teve a seqüência dos seus legionários, do atual presidente De Paiva Neto, é reconhecido no mundo todo. E é reconhecido pela Organização das Nações Unidas, tendo em vista que a LBV é apenas uma das cento e onze instituições que têm a categoria máxima do Conselho da Organização das Nações Unidas. Isto merece os nossos aplausos, merece o nosso respeito. E dizer a todos que se todos estivermos juntos, como pregava Zarur, tenho certeza que o futuro será muito melhor.

E, ao encerrar as minhas palavras, quero encerrá-las com uma citação do atual presidente, José De Paiva Neto, quando ele diz que: “a LBV nasceu para amar e ser amada, como todos nós”.

Muito obrigado!

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a primeira parte da nossa Sessão, e vamos suspendê-la por 5 minutos, para os cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está reaberta a Sessão.

**A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

**(Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme requerimento aprovado anteriormente, teremos Élide Bueno, componente da diretoria da APP e do foro dos servidores públicos.

**(Aplausos)**

**A SRA. ÉLIDE BUENO**

Boa tarde, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com satisfação que estamos aqui, hoje, nesta Casa, no dia do servidor público. Podemos perceber novos ares de democracia. A minha memória me traz à última participação, onde estive nesta Casa, na aprovação do decreto de eleição de diretores, no qual vimos buscar a não aprovação e tivemos que entrar com a Adin, que foi aprovada este ano, que veio confirmar aquilo que nós dizíamos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao deputado Dobrandino e às deputadas Elza e Luciana, que nos receberam hoje de manhã, onde entregamos esta pauta que estamos trazendo aos senhores deputados, porque necessita também do empenho desta Casa.

Esta pauta que entregamos, não foi criada neste governo. São problemas criados ao longo dos oito anos da era Lerner, que nós, servidores públicos, não podemos continuar sendo penalizados por esses problemas.

Trazemos aqui a nossa angústia no que se refere à questão da saúde dos trabalhadores, dos servidores públicos, do IPE Saúde, que é um compromisso do governo Requião e que gostaríamos que fosse agilizado. E gostaríamos que as senhoras e senhores deputados participassem dessa discussão e que colocassem sempre no debate desta questão do IPE, que é fundamental para todos os servidores públicos.

Outra questão é a do ParanaPrevidência, a sua alteração, que tivemos vários debates e gostaríamos também de continuar debatendo, para que saia o projeto de acordo com os interesses do Estado, mas também de acordo com os interesses dos servidores públicos, que são os beneficiários desta questão.

Um outro problema que não é de ordem financeira, é de vontade política. Acreditamos que esse governo vai agilizar esta questão, que é o problema de um documento que está caminhando nesta Casa, há um longo tempo, que diz respeito à liberação de dirigentes sindicais. Gostaríamos que esse projeto fosse agilizado, para que pudéssemos ter a garantia do nosso trabalho, sem sobressalto como acontece em alguns sindicatos. Como aconteceu,

por exemplo, com o Sindicato do Judiciário, no início deste ano.

Outra questão que sofremos na carne foi a questão da consignação da contribuição sindical, que o governo anterior, na tentativa de quebrar os sindicatos, cortou a liberação, e quase levando à falência os sindicatos de luta que tentaram garantir e defender o direito dos servidores públicos no Estado. Para isto, nós pedimos o empenho para que esta Casa retome esta discussão e agilize a aprovação desse projeto o mais rápido possível.

As outras questões dizem respeito a questão financeira do servidor público e nós precisamos do empenho das senhoras e senhores deputados. Entendemos que este ano nós não tivemos reposição salarial e há o argumento de quem fez o orçamento para este ano foi um outro governo, um governo que pretendia, com certeza, entregar o Estado à iniciativa privada. Mas, por entendermos que este governo tem uma outra postura, uma outra prática e um outro interesse pelo Estado, gostaríamos que esta Casa discutisse o Plano Orçamentário para 2004, prevendo a questão da reposição salarial que é justa e que é legal, está na Constituição, e que ao longo dos oito anos não foi cumprida. Gostaríamos que em 2004 este plano orçamentário garantisse a reposição e a garantia de vida, não só de sobrevivência para os servidores públicos.

Uma outra questão são os precatórios, que são direitos dos trabalhadores que tiveram que entrar na Justiça para poder rever aquilo que o Estado não garantiu e que não tem sido pago. E hoje a gente vive a triste situação de ver alguns companheiros nossos vendendo esses precatórios para poderem ter um pouco de condição de vida no final, quando muitos já estão aposentados e não receberam nada ainda. Então, gostaríamos que esta questão também fosse revista o mais rápido possível para que esses nossos companheiros não entrassem nessa fila de agiotagem, que algumas pessoas que fizeram parte do governo anterior, estão hoje novamente espoliando o servidor público.

A questão da revisão salarial, isto é anual, isto está na Constituição e este ano nós já não tivemos esta reposição e continuamos na mesma situação. A questão do plano, o QPPE que prevê o quadro de carreira para os servidores públicos, com exceção do judiciário, dos militares e da educação, que foi elaborado nesta Casa junto com o governo anterior, e que trouxeram vários problemas, incluindo a exclusão dos aposentados. Muito bem, esta lei foi feita, foi implantada, mas não se garantiu a implementação real. Em julho, nossos companheiros do serviço público deveriam ter tido promoção e progressão e até agora não foi garantido este direito aos companheiros. Por isso a gente também está pedindo esta agilização tanto do governo do Estado quanto desta Casa.

Por último, queremos deixar registrado o seguinte: durante toda a história deste Estado, nós, servidores públicos, seguramos o trabalho em todos os setores. Vocês são eleitos, vocês passam, vocês vão embora, mas nós permanecemos. Fomos nós que seguramos este

Estado. Fomos nós que seguramos a não entrega total deste Estado para a iniciativa privada. Foi a nossa luta nas ruas, foi a nossa luta gritando em todos os cantos deste Paraná que impediu a entrega total do Estado para a iniciativa privada.

Por isso nós gostaríamos do reconhecimento, mas esse reconhecimento não se dá só com cartões, com músicas. Se dá, principalmente, com salário digno, se dá com moradia, que os servidores públicos, a grande maioria não tem, com saúde pública, e é isto que neste dia nós queremos e nós estamos trazendo a reivindicação às senhoras e aos senhores.

Esperamos que o orçamento para 2004 preveja realmente o reconhecimento daqueles que levam o Estado nas costas.

Muito obrigado.

#### O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Obrigado, senhor presidente. Gostaria de cumprimentar a Élide e a todos os servidores, no dia de hoje e dizer que nós estamos todos, da Assembléia certamente, atentos e solidários com a situação do servidor público.

Da mesma forma, senhor presidente, hoje nós demos entrada aqui e já foi protocolado um pedido para que se torne utilidade pública e eu quero registrar também a Associação dos Servidores Aposentados aqui do nosso Legislativo presentes aqui inclusive na presença do Sr. Sílvio Sebastiani.

Então quero fazer este registro porque acho que o dia de hoje é importante, não só para os servidores, que como a Élide falou, estiveram nas ruas, mas também os deputados que junto com os servidores comandaram uma série de lutas para que o Estado não fosse privatizado.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós gostaríamos de parabenizar o Dia dos Servidores Públicos e comunicar que nós, juntamente com as deputadas Elza Correia e a Luciana Rafagnin, tivemos uma reunião na manhã de hoje, na liderança do Governo, ouvindo e pautando as reivindicações dos servidores.

Na verdade nós concordamos que eles realmente merecem uma atenção nossa, dos deputados e propusemos a eles, na próxima semana, uma reunião com o secretário da Administração e gente do governo numa mesa redonda, para discutir essas reivindicações enquanto o orçamento ainda está sob discussão, nesta Casa. E faz sentido até porque não consta do orçamento possíveis aumentos salariais. Então eu acho que o caminho é realmente o diálogo, os presidentes dos sindicatos estiveram conosco e também reconhecem o esforço que o governo está fazendo, os avanços que já teve e, acima de tudo, essa possibilidade de entendimento que tem havido até agora, a abertura que o governo tem nos dado, ao contrário do governo passado.

Então nós, deputados que estivemos nesta reunião com eles, estamos propondo essa discussão, esse entendimento que eu acho que é o melhor caminho, e quero dizer que eles realmente merecem a nossa atenção porque temos que fazer alguma coisa em termos de se provocar uma discussão enquanto está aqui na Casa o orçamento.

Eles estão sendo serenos na discussão, foi uma reunião muito boa e imagino que trazer o governo junto aos servidores, através dos seus órgãos organizados numa reunião que vamos marcar, é o caminho para discutir o que é realmente de interesse dos servidores. Quero parabenizar a eles e o reconhecimento que está tendo ao esforço que o governo está fazendo.

Senhor presidente, gostaria também de registrar a presença do empresário lá de Medianeira, Antônio Lemos, presente hoje aqui nesta Casa, presidente de um órgão de comunicação da cidade de Medianeira.

Obrigado pela presença em nosso meio.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu não poderia deixar, em nome do PDT, também de me solidarizar com os funcionários públicos do Estado do Paraná e também destacar que este é o momento de fazer alguma coisa com clareza e objetividade, o momento que se discute o orçamento para o próximo ano.

Eu acho que este é o momento maior da presença da sociedade, como um todo, porque é onde vamos discutir a aplicação em educação, saúde, habitação, enfim para o bem do funcionário público.

Gostaria também de deixar uma receita, embora seja apenas como sugestão, para que o governo diminua de 25, 27 secretarias, para 12 secretarias. Aí faria uma economia bastante importante e teríamos mais recursos para dar ao funcionalismo público do Estado.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte expediente:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO Nº 117/2003

Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná:

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e propor o seguinte:

- Propõe ao Poder Executivo a instalação e manutenção de creches nas escolas e colégios estaduais da rede pública de ensino, para os filhos e netos dos alunos que estudem nos cursos noturnos.

Sala das Sessões, em 28.10.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a evasão escolar ocorre em grande número na faixa etária de pré-adolescência e adolescentes, muitas vezes em razão da gravidez precoce que atinge principalmente as classes sociais menos favoreci-

das. Assim, a presente indicação tem por objetivo incentivar e viabilizar a manutenção desses jovens nas escolas.

A medida de instalar creches nas escolas estaduais, tornará possível o estudo, no período noturno, para alunos que se encontram na situação descrita.

É dever do Estado garantir a tranquilidade das pessoas que desejam estudar e não encontram possibilidade em razão da existência de filhos em idade que necessitam atenção redobrada por parte dos pais. Tal garantia pode ser resolvida com uma ação simples, na qual seja a instalação de creches nas escolas estaduais para os filhos dos estudantes.

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 644/2003, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 28.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2474

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do Grande Expediente do dia 03 de novembro para explanação do Dr. Roberto Portugal Bacellar, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, que abordará o tema "Reforma no Judiciário".

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja justificada sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 03 a 05 de novembro próximo, ocasião em que estará participando do II Fórum de Debates sobre

Integração Fronteiriça, promovida pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, do Congresso Nacional, em Foz do Iguaçu, quando estarão sendo discutidos os seguintes temas: “A reconstrução institucional, uma necessidade estratégica do Mercosul”, “A evolução das instituições regionais como elementos de coesão e fortalecimento democrático regional” e “prioridades no processo de criação do parlamento do Mercosul”.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Júlio Vieira dos Santos, ex-vereador do município de Campo Mourão-PR, pelo falecimento ocorrido em data de 27 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que da decisão, seja dado ciência à família enlutada: Av. Presidente Kennedy, 2664 - Cohapar - CEP: 87306-000 - Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Júlio Vieira dos Santos nasceu em 18 de maio de 1939, na cidade de Princesa Isabel, na Paraíba. Fixou residência em Campo Mourão em 1969, como comerciante. Durante oito anos presidiu a Associação de Moradores do Conjunto Milton Luiz Pereira “Cohapar”. Foi um dos membros do Conselho Deliberativo do Centro Social Urbano.

Seu Júlio, como era conhecido, foi vereador da Câmara Municipal de Campo Mourão por três mandatos (1988, 1992 e 1996).

Sempre polêmico, Júlio Vieira surpreendeu a população mourãoense ao comprar um veículo da marca TL, fabricado nos anos 70 e transformá-lo em ambulância para atender quem lhe procurava. Também foi polêmico ao “brigar” com a Caixa Econômica Federal pela quitação das casas do Conjunto Cidade Nova, que segundo ele, eram superfaturadas.

Questionou a Sanepar por vários anos sobre os cortes efetuados dos consumidores que atrasavam o pagamento das contas, ficando ele próprio sem água, pois em protesto, também deixou de pagar. Também iniciou um movimento para emancipar o Jardim Lar Paraná, o bairro de maior densidade demográfica de Campo Mourão.

Júlio Vieira era divorciado e deixa seis filhos.

#### REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Sr. Petrócio Melo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços desenvolvidos por este jornalista ao longo de sua carreira profissional.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Ibiporã, votos de congratulações pelo seu 56º aniversário, a ser comemorado no dia 08 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito, Sr. Reinaldo Gomes Ribeirete e ao presidente da Câmara Municipal, Sr. Pedro Renato Resende Bandeira, através de correspondência.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá - Cocamar -, através de seu presidente, Sr. Luiz Lourenço, em razão do recebimento dos certificados ISO 9001/2000 e APPCC - Certificado de Programa de Segurança Alimentar, com votos extensivos a toda a equipe da cooperativa maringaense.

Os certificados foram recebidos em 23 de outubro de 2003 e abrem as portas do mercado internacional para os produtos da cooperativa.

A fiação de seda da Cocamar é a primeira do Brasil a receber uma ISO. Das fábricas de óleo do país, apenas quatro são certificadas e uma delas é a Cocamar. Das únicas três marcas de álcool para uso doméstico com ISO, uma é da Cocamar.

O Certificado de Segurança Alimentar (APPCC) garante que o farelo de soja e o óleo degomado de soja da Cocamar estão isentos de contaminação. Esse certificado é essencial para a exportação desse produto.

A homenagem desta Casa é justa e serve para demonstrar o elevado nível da produção da Cocamar, orgulho dos maringaenses e dos paranaenses.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de moção de apoio ao projeto elaborado pela Mitra Diocesana de Paranaguá

juntamente com a Prefeitura Municipal de Matinhos, visando a construção do Monumento e Mirante de São Pedro no Morro da Cruz, localizado no município de Matinhos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Mitra Diocesana, em nome do Padre Adelir Antonio De Carli no seguinte endereço: Rua Ernesto Postarek, 131, Matinhos-PR, CEP: 83260-000.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A presente moção se justifica tendo em vista que a Mitra Diocesana de Paranaguá juntamente com a Prefeitura Municipal de Matinhos vêm desenvolvendo um projeto de construção do Monumento e Mirante São Pedro, no Morro da Cruz no município de Matinhos. A imagem a ser construída será a maior da América Latina com cerca de 60 metros de altura.

O referido projeto visa o desenvolvimento do turismo, tanto religioso quanto cultural, além de alavancar o crescimento econômico, principalmente, no período de baixa temporada, proporcionando a geração de emprego e renda à população da região.

O projeto prevê, ainda, a criação de uma associação com vistas à organização do comércio ambulante e preservação do meio ambiente.

#### REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento asfáltico da Rodovia José Ávila que liga Godoy Moreira a São João do Ivaí.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada onde o fluxo de veículos é intenso e nos dias de chuva os estudantes e a população de modo geral têm dificuldade de locomoção, pois esse trecho encontra-se em péssimas condições de tráfego.

É uma região essencialmente agrícola e gostaríamos que o escoamento da próxima safra ocorresse de forma segura.

#### REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião, ao chefe da Defesa Civil do Estado do Paraná e ao senhor ministro de Estado das Cidades, Dr. Olívio Dutra, que enviem auxílio e apoio à comunidade de Iporã, que se encontra em situação de emergência, no Estado do Paraná, em

consequência de forte vendaval ocorrido no dia 26 de outubro de 2003 e que provocou:

1 - destruição da cobertura de 600 residências, sobretudo nas áreas mais pobres;

2 - destruição total de 50 casas;

3 - danos de grande monta em diversos prédios públicos;

4 - danos nas coberturas de prédios de entidades empresarias e comerciais;

5 - queda de centenas de árvores em todo o território municipal;

6 - danos na rede de energia elétrica e prejuízos no abastecimento e distribuição de água.

E se requer em caráter de emergência, o envio, entre outros, de:

4100 telhas de amianto; 132 unidades de caibro; 154 unidades de ripão; 11950 telhas de barro; 192 sacos de cimento; 22 unidades de cobertores; 9540 lajotas; 22 colchões de solteiro; vaso sanitário; pedra; porta; 30 sacos de cal; 11813m de beiral; 20 camas de casal; 01 jogo de sanitário completo; 20 metros de fio; 147 unidades de portas, seguindo em anexo relação constante do Decreto Municipal nº 096/2003 de Iporã.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 651/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28.10.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Paraná, estabelecida à Avenida Cândido de Abreu, 660, conjunto 504, nesta Capital, é uma organização sem fins lucrativos, e pelo relatório anexo, verifica-se que seu objetivo é representar o serviço inativo deste Poder junto à Assembléia Legislativa. Assim é plenamente justificável o presente anteprojeto.

Verifica-se ainda quem em nada fere ao disposto na Lei nº 6994, com as alterações das Leis nºs 8589 e 12816, ao contrário enquadra-se perfeitamente em seus dispositivos, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 6994.

PROJETO DE LEI Nº 652/2003  
Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro no município de Ponta Grossa / PR, que é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, exclusivamente beneficente, que tem por objetivos auxiliar - como unidade de apoio - as instituições e entidades de assistência social já estabelecidas, mediante doações de roupas, alimentos, medicamentos, utilidades e utensílios.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade daquele município conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 653/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, nos termos desta lei, o Programa de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade, objetivando beneficiar estudantes de baixa renda, regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Art. 2º - O Programa Bolsa-Universidade destina-se ao pagamento, total ou parcial, dos valores das mensalidades de alunos cuja renda mensal familiar não ultrapasse a 5 (cinco) salários mínimos vigentes.

Parágrafo Único - Entende-se por renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto.

Art. 3º - O Programa Bolsa-Universidade será executado através de financiamento, que poderá ser quitado:

I - em moeda corrente do País;

II - através de prestação de serviços ao Poder Público;

III - através de prestação de serviços comunitários ou a entidades beneficentes.

§ 1º - O financiamento de que trata este artigo poderá ter início de liquidação ou ser amortizado a qualquer tempo, devendo o saldo devedor remanescente ser liquidado após o término do curso em tantos anos quantos forem o número de anos do respectivo curso.

§ 2º - Durante o período de utilização do financiamento, o estudante fica obrigado a pagar os juros incidentes sobre o financiamento em período a ser fixado pelo Governo do Estado.

Art. 4º - O estudante reprovado em qualquer das séries do curso perderá o benefício definido nesta lei, não consideradas dependências de disciplinas.

Art. 5º - Os recursos para o Programa Bolsa-Universidade serão oriundos do Tesouro do Estado e outras fontes governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, ficando o Governo do Estado autorizado a contratar operações de crédito, interno ou externo, para atender a execução do programa de que trata esta lei.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, respeitada a disponibilidade financeira do Paraná, adotará as providências à alocação de recursos orçamentários para atendimento das despesas do Programa Bolsa-Universidade.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, podendo instituir ou definir o órgão estadual responsável pela execução do programa ora instituído, estabelecendo entre outros procedimentos, os serviços a serem prestados previstos nos incisos I e III do artigo 3º, os juros e encargos financeiros a serem cobrados sobre o financiamento, as formalidades exigidas para obtenção de bolsas, bem como os requisitos exigidos dos estabelecimentos de ensino.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade, para atender estudantes de baixa renda matriculados em cursos superiores não gratuitos.

É necessário lembrar a importância da educação como fator de desenvolvimento social, político e econômico de um povo. Sobretudo numa época como a atual, já rotulada por pensadores, economistas, cientistas e políticos de diferentes tendências como a Era do Conhecimento.

Numa sociedade planetária como a nossa, de rápidas e constantes transformações tecnológicas, será ela o

mais nítido divisor entre a prosperidade e o atraso. A educação, portanto, é fundamental para que a sociedade tenha um futuro melhor.

No tocante ao ensino superior, determinante na capacitação do estudante para assimilar os avanços tecnológicos, as estatísticas não são muito favoráveis à realidade brasileira, somente aproximadamente 5% (cinco por cento) do nosso povo tem curso universitário. Tal quadro deve-se em grande parte à limitação de vagas nas universidades públicas e ao altíssimo preço das mensalidades cobradas pela rede privada. Um outro obstáculo é a renda da população, a cidade de Foz do Iguaçu, por exemplo, 69% (sessenta e nove por cento) se não estão desempregadas ganham até 3 (três) salários-mínimos. No nosso Estado, conforme estudo do governo, aproximadamente um milhão de pessoas vivem com apenas 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo e em torno de dois milhões com meio salário-mínimo.

Vê-se, assim, que uma imensa legião não tem qualquer chance de frequentar uma faculdade, face à absoluta incompatibilidade entre a renda e o valor das mensalidades dos estabelecimentos particulares de ensino superior, em média 400 e 700 reais.

O valor do benefício pode ser total ou parcial, através de financiamento, devendo ser retornado ao Estado, posteriormente, em moeda corrente do País, através de prestação de serviços ao Poder Público ou através de prestação de serviços de liquidação a qualquer tempo, devendo o saldo devedor ser liquidado após o término do respectivo curso.

O presente programa representa uma importante contribuição desta Casa de Leis para o desenvolvimento social, político e econômico e deve reacender a esperança de muitos em concluir o ensino superior.

Diante do exposto, este parlamentar conta com o apoio dos demais pares, no sentido da aprovação do presente projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Findo o Horário do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

Antes, porém, esta presidência gostaria de agradecer a presença da professora Élide Bueno, cumprimentar a todos os dirigentes sindicais, os funcionários aqui presentes e em nome da Casa, prestar a nossa solidariedade aos servidores públicos do Estado do Paraná, não apenas neste dia, mas em toda a sua história de ação frente aos serviços públicos que são de interesse da nossa comunidade, da nossa sociedade paranaense.

Muito obrigado pela presença.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, servidores públicos presentes.

Queremos também parabenizá-los pelo Dia do Servidor Público, cumprimentando todos os dirigentes sindicais, aos servidores aqui.

Na verdade, quando falamos de servidor público, muitas vezes não os valorizamos da forma como deveríamos valorizar. Muitas vezes não nos damos conta de todo o trabalho que faz o servidor público, porque, em grande parte, ele é um herói anônimo.

Se pegarmos o exemplo desta Casa, quando aqui chegamos, alguém já fez um café, a Ata já está pronta, a Ordem do Dia, o serviço de taquigrafia também, e nós não valorizamos esse trabalho, ou, muitas vezes, não pensamos quem são as pessoas que estão fazendo todo esse trabalho. E acredito que um dia como hoje, em que paramos para dizer parabéns ao servidor público, nos damos conta de quanto trabalho ele faz.

É neste sentido que parabenizo a todos os servidores desta Casa de Leis. É neste sentido que parabenizo a todos os servidores públicos do nosso Estado e dizer mais: é mais do que nossa obrigação estarmos junto com vocês na luta por dias melhores, na luta pelo reconhecimento e pela valorização desse trabalho.

Tivemos uma reunião importante, neste dia, já disse bem o nosso deputado vice-líder do Governo, Dobrandino, juntamente com a deputada Elza. Tivemos uma reunião importante onde debatemos assuntos importantes, uma pauta de reivindicação extensa. Mas são anos acumulados sem reajuste salarial, sem a valorização desse trabalho do servidor. E é importante que somemos, neste momento, no sentido de que a luta avance cada dia mais, que muitos passos e muitas conquistas aconteçam para que o nosso servidor público sinta ânimo, sinta vontade de trabalhar cada vez mais e sinta orgulho de ser paranaense e sinta orgulho de ser servidor público. É isso que esperamos, é isso que desejamos neste dia, no dia do nosso servidor público.

Parabéns a todos, e digo em nome do Partido dos Trabalhadores: vocês podem contar com o nosso apoio, com o nosso trabalho que nós estaremos somando, não só na hora de discutir a pauta de reivindicação ou o que podemos fazer para avançar nos direitos e nas conquistas dos servidores, mas em todos os momentos que esperamos poder valorizar mais esse trabalho que é feito pelo servidor.

Usando este espaço, também, quero dizer aos senhores deputados, que há alguns dias atrás na Região Oeste e Sudoeste houve novamente uma luta pela abertura da Estrada do Colono. Infelizmente a estrada foi novamente fechada e vários episódios aconteceram naquele local, inclusive fatos que não gostaríamos que tivessem acontecido, mas que aconteceram, inclusive a polícia foi lá e teve que usar da força policial contra os moradores de Capanema, contra os moradores da região Oeste.

Esse episódio resultou numa discussão muito grande na Câmara Federal, e na formação de uma Comis-

são de deputados que vão ouvir e conhecer de perto toda a problemática da Estrada do Colono.

Aqui foi formada uma comissão de deputados já encaminhada pela Mesa, que vão somar com essa comissão de deputados federais para poder aprofundar melhor toda a problemática que envolve a Estrada do Colono.

Nesta quinta-feira deve começar os trabalhos. A comissão aqui do Estado deve se encontrar com a dos deputados federais em Foz do Iguaçu e discutir quinta e sexta-feira, não só discutir, mas tentar entender melhor a problemática que envolve a Estrada do Colono, ouvindo também os moradores, ouvindo o Ibama, para a gente encontrar uma solução para a Estrada do Colono.

É um problema que já dura muitos anos, mas que nós precisamos encontrar uma saída. Queremos com toda a certeza, a gente sabe, com todos os deputados que estão aqui, ter uma preocupação muito grande com o meio ambiente, e nós temos essa preocupação e também temos a preocupação com o povo que mora naquela redondeza, naqueles municípios, que de certa forma a Estrada do Colono não afeta só a região Oeste e Sudoeste; ela se torna um problema, uma solução também de todo o país. É por isso que estão envolvidos muitos partidos, muitos deputados, e é por isso que estamos buscando, e a Comissão tem esse objetivo de encontrar uma solução definitiva para a Estrada do Colono.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

É de conhecimento público que presido a CPI do Banestado, como também é do conhecimento público que esta Comissão deliberou sobre o pedido de exumação de Osvaldo dos Santos Filho.

Atendendo à deliberação da CPI, nós encaminhamos à 2ª Vara Criminal Federal, o pedido de exumação e desde já queremos comunicar à Casa e a todos, que a família do falecido já se prontificou junto àquela Casa Criminal Federal, para oferecer material genético para colaborar com objetivo de esclarecer esse assunto que vem ao longo do tempo, incomodando sobremaneira a família, ao mesmo tempo, aumentando a conversa no Estado do Paraná sobre o ocorrido.

Em verdade, senhor presidente, senhores deputados, Osvaldo dos Santos Filho, faleceu em 1998, deu entrada do corpo no IML de Ponta Grossa; após veio para Curitiba. Os procedimentos do IML de Ponta Grossa e Curitiba deixam dúvidas sobre o comportamento técnico e o compromisso legal, conforme determina a lei, no procedimento do acidente.

Então, na condição de presidente da CPI do Banestado, em atendendo a deliberação dos senhores membros da Comissão, nós encaminhamos à 2ª Vara Criminal Federal. Entendemos que essa medida é boa para a família, porque esclarece um assunto que vem sendo colocado com dúvida por alguns, e por outros não, porém, a medida está tomada e eu acho que seja uma medida posi-

tiva para a família e, também, para a sociedade paranaense como um todo.

Era isso, senhor presidente, a questão de ordem que eu gostaria de fazer, para comunicar à Casa da posição tomada da CPI, tendo em vista que esse é um assunto que, embora não tenha sido objeto da CPI, mas surgiu no curso da CPI alguém que teria levantado dúvidas. Então, por deliberação da CPI, na condição de presidente, encaminhei em nome da CPI tal pedido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Pela ordem, o deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Gostaria de cumprimentar o deputado Neivo Beraldin e endossar as palavras aqui, também, do deputado Bradock. Acho interessante deixar bem claro esse posicionamento que a Comissão está tomando, porque há muito tempo se tem esse comentário se é ou não é o Osvaldinho, no caso daquele acidente.

Agora há pouco, dizia para o deputado Neivo Beraldin e eu já disse várias vezes aqui, e, volto a dizer que no meu pensamento e no que eu vi naquela dia, realmente se parecia muito com ele.

Mas é importante, deputado Neivo Beraldin, V. Exa. tem toda a razão, como tem o deputado Bradock. Acho importante, se a família dá uma demonstração que pode ser aberto, concorda e se propõe a ceder até o que for necessário para fazer a confirmação, porque não vai se machucar a família, vai, na verdade, acabar com o boato, aquela central de boataria. O que for verdade virá à tona. Ninguém vai machucar ninguém. Pelo contrário, vão terminar as dúvidas, os falatórios, faz-se o exame e a Comissão cumpre o seu papel, que é esclarecer ao povo do Paraná, que tem essa dúvida.

Queria cumprimentar o deputado Neivo Beraldin e o deputado Bradock, pela iniciativa, que é de não machucar ninguém. Pelo contrário vai proteger, de agora em diante a família, porque teremos condições de dizer com toda a certeza: É. Não é. Se o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, não fez o que tinha que fazer e Curitiba também, vamos fazê-lo agora. Isso sepulta, realmente, a história, termina o caso, dá credibilidade à CPI e, deixa o cidadão, se for Osvaldinho, como eu acho que é, automaticamente em paz.

Esse era o pronunciamento que queria fazer dando o apoio ao que falou aqui o deputado Neivo Beraldin, porque acho que é importante, primeiro, para desvendar o mistério e acabar com essas boatarias, apesar que eu acredito que seja realmente ele.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Em nome dos deputados Cida Borghetti e do Artagão, saudar e cumprimentar o deputado Durval Amaral que está de aniversário hoje.

O deputado Artagão está providenciando o jantar que todos os nossos colegas serão convidados.

Um abraço ao deputado Durval Amaral. Os nossos parabéns, em nome da Casa.

Deputada Elza Correia, no horário do PMDB.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, nós voltamos ao tema relativo do Dia do Funcionalismo Público, e o faço em nome dos companheiros do PMDB, já que estou usando o horário das Lideranças que foi cedido.

Gostaria de deixar consignado que neste dia ainda, no Estado do Paraná e no Brasil, existe muito pouco a comemorar. Poderia dizer, o Dia do Funcionalismo Público deve servir para um dia de reflexão, um dia de lutas, um dia de reivindicações, que na verdade as pautas e os pleitos não são novos. Até o momento muito dessa pauta não foi devidamente atendido.

Gostaria de colocar que existe um caldo de cultura no Brasil, resultante de falta de compreensão adequada em relação às políticas públicas e o atendimento e a valorização da pessoa humana e coloca as preocupações com os avanços da tecnologia, das máquinas, dos equipamentos, sem se dar conta de que não fossem os homens e as mulheres, os trabalhadores e as trabalhadoras, não teria sentido e não haveria razão da utilização das novas tecnologias em todas as áreas.

Sabemos que, na atenção de um paciente, no ensinamento de uma criança ou de um adolescente, no cuidado com a segurança, na administração das escolas e das várias esferas, mesmo se utilizando dos mecanismos e desenvolvimento de novas tecnologias, cada vez mais presentes, existe um homem e uma mulher. Existe um trabalhador, uma trabalhadora. Um funcionário público, uma funcionária pública, que muitas vezes ao cuidar da vida e dos interesses da população, fazem aflitos, sofridos, deprimidos, porque vivem uma situação de verdadeiro descaso no nosso país.

Temos que colocar, entretanto, conforme já foi colocado aqui pela companheira Élide, o Heitor e outros companheiros, numa reunião já mencionada pelo deputado Dobrandino e pela deputada Luciana, com a pauta de reivindicações que deve ser de responsabilidade de todos nós.

Como deputadas e deputados desta Casa devemos assumir isso junto com o nosso governador, que já tem manifestado através dos secretários o seu empenho, o seu interesse e o seu compromisso em dar a necessária estabilidade, tranquilidade aos funcionários públicos, porque, sem esses trabalhadores, não existe política pública, nem atendimento à população dentro dos padrões necessários. Na medida em que o próprio funcionário sai de casa muitas vezes, com o aluguel que não foi pago, devendo na farmácia, devendo nos bancos, se afundando cada vez mais em dívidas, recorrendo a agiotas por uma questão de sobrevivência, numa situação caótica e desesperadora,

porque existe um caldo de cultura estabelecida em relação aos governos anteriores que, sem dúvida nenhuma, demonstrou um descaso absoluto com essa categoria de trabalhadores.

Precisamos restabelecer essa ordem, esse compromisso e que tem sido, sem dúvida nenhuma, falado pelas Lideranças, uma preocupação do governador Roberto Requião.

Dizia a Élide que é preciso fazer esse diferencial. Se as coisas não estão bem, e não estão mesmo, é preciso não esquecer os avanços que já aconteceram na área da saúde, educação, segurança, através de propostas, projetos e ações concretas do governo, na direção de melhorar a vida desses trabalhadores. Evidentemente que não conseguimos realizar isso em dez meses, mas, sem dúvida nenhuma, não podemos perder a certeza de que essas questões serão resolvidas no tempo adequado.

Para encerrar, gostaria de colocar que não seria uma fala para todos os trabalhadores, se deixássemos de mencionar os funcionários desta Casa, que, com dedicação, compromisso, com responsabilidade e competência vêm desenvolvendo suas ações. Mas esses trabalhadores também não têm até agora um plano de cargos e salários necessário, fundamental e indispensável para dar a dignidade a esses trabalhadores.

Não consigo compreender, porque é que a Assembleia Legislativa não tenha um plano de cargos e salários para os trabalhadores desta Casa. Esta também deve ser uma preocupação incluída na nossa pauta, porque se aqui estamos defendendo os interesses de todos os trabalhadores, de todas as categorias, não podemos absolutamente, deixar de incluir os trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, porque igualmente sofrem os problemas pela ausência de um plano de cargos e salários.

Muito obrigada!

#### O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença nesta Casa, no dia de hoje, do vice-prefeito de Quedas do Iguaçu, Gilmar Shimiel, dos vereadores Elcio Jaime, Sebastião Quadros, Marcílio e o vereador Valmor, e aproveitar para registrar a ausência do deputado Dr. Luciano, que está em Brasília, hoje, participando, juntamente com a Frente Parlamentar da Saúde, da Comissão de Orçamento da União.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Gostaria de registrar também a presença do vereador Eliseu Ferreira, da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, recebam as nossas boas-vindas!

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 117/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente, propondo ao Poder Executivo a instalação e manutenção de creches nas escolas e colégios da rede pública estadual, no âmbito do Estado do Paraná. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu pediria que determinasse à Mesa e à assessoria que o projeto do deputado Chico Noroeste, que tem três projetos parecidos ou no mesmo sentido. Que analisasse e já fizesse anexação, pois eles estão na Comissão de Constituição e Justiça;

#### O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Com relação a esse projeto, ele tem um diferencial muito grande, porque além de ter a opção do valor despendido pelo Estado, retornado pelo estudante ser na forma de moeda corrente do País, pode ser também pago pelo estudante através de serviços comunitários ou ao poder público.

É um projeto totalmente diferente.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Chico Noroeste, além do quê, assim que for discutido o projeto, em 1ª Discussão, ele deverá ser solicitado através de requerimento para que aí possa ser feito o ajuntamento dos projetos.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. APRECIAR NESTE

TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2003, que cria na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os cargos de provimento em comissão, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que altera parte da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre proibição de inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da Administração Pública Estadual com os denominados "Serviços de Proteção ao Crédito". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira do Estado e a execução do Hino do Estado do Paraná nas escolas públicas do Estado.

COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 389/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 389/2003

Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Amigas da Mama, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 402/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a

Associação das Amigas da Mama, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Salles. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 512/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Salles e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 512/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Salles e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

# ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança e ao Adolescente. Com sede e foro no município de São João do Triunfo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 562/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Carlos Simões, declara de Utilidade Pública a Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

# ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias, com sede e foro no município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 537/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias, com sede e foro no município de Ibiporã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

# ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade

Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 591/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

# ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.118, de 30/06/95, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, desta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 593/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, visa alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 11.118, de 30 de junho de 1995, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, desta capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

# ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Associação de Moradores do Município de Jardim Olinda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2003, de 07.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 601/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermes Fonseca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Associação de Moradores do Município de Jardim Olinda.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 618/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo e representação no Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MOTIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 618/2003

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 618/2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo e representação no Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública à Associação Artística de Educação Informal Cores da Rua, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 620/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação Artística de Educação Informal Cores da Rua, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2003, de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Cristão de Cidadania e Dignidade da Associação Beneficente Amigos de Santo Antônio, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 629/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Cristão de Cidadania e Dignidade da Associação beneficente Amigos de Santo Antonio, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2441, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2460, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2461 e 2474, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2462, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2463 e 2472, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2464, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2467, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2468, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2471, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2473, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do chefe do Ciretran do município de Medianeira, Adilson Gomes e do ex-chefe Hermogênio Batista.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 531, 389, 402, 512, 562, 537, 591, 593, 601, 618, 620 e 629/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 349, 375, 496, 511, 516, 520, 521, 599, 608 e 623/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o

estabelecido no artigo 12 da Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 034/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo.

#### REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900400	2000	000	1.000.000,00

#### ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	000	1.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.10.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA

Primeiro Secretário

#### Ata de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 38ª REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Ple-narinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados mem-bros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Ademir Bier, Pedro Ivo Ilkiv, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Fer-nando Ribas Carli e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os depoimentos dos Srs. Cláudio Prosdócimo Hoffmann, Jaime Tadeu Lechinski, Juracy Pazini Moreira, Veridiana Machioski e José Shulapak. Em seguida foram ouvidos os seguintes depoentes: Hermínio Paiva de Castro, Valdemar Dante Borgaro, Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia e Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Estado, a qual, ao ser indagada sobre questões pertinentes ao seu trabalho como membro da Comissão de Coordenação dos Trabalhos de Privatiza-ção do Banestado, dirigiu-se de forma desrespeitosa aos deputados da Comissão, formulando assertivas com intuito de desacreditar os trabalhos da mesma, dizendo

estar a Comissão partindo de uma premissa não verdadeira, adotando metodologia de trabalho equivocada. Diante dessa resposta, a Comissão lhe ponderou que apenas respondesse às perguntas dos parlamentares, não lhe sendo permitido comentar sobre a condução dos trabalhos. Ato contínuo, a depoente alegou que a CPI era um Tribunal de Inquisição, o que foi rechaçado pelos deputados e, para surpresa de todos os presentes da platéia, uma senhora que depois esta Comissão foi saber se tratar da advogada Louise Rainer Pereira Gionédís, invocou o mesmo pensamento da depoente Márcia Carla. Neste momento foi determinado pela Comissão que pessoas da platéia não se manifestassem, com vistas a não atrapalhar os trabalhos, o que não foi atendido, tendo em vista que a advogada Louise Gionédís continuou a manifestar-se, foi então solicitado que a mesma se retirasse do auditório, se necessário com a condução do serviço de segurança deste Poder, conforme prevê o Regimento Interno desta Casa de Leis. Neste momento, o ex-secretário de Estado da Fazenda, Sr. Giovani Gionédís, que também estava no auditório e seria ouvido em seguida, num flagrante desrespeito aos parlamentares e por conseguinte ao Poder Legislativo, deixou o local sem prestar o seu depoimento. O deputado Delegado Bradock solicitou que fosse comunicado ao Juízo da 2ª Vara Criminal Federal as ofensas a esta Comissão e que o Sr. Giovani Gionédís comparecesse para depor perante esta Comissão por determinação judicial. O deputado Ailton Araújo manifestou a sua indignação pelos atos de desrespeito para com esta CPI. Da mesma forma manifestou-se o deputado Reni Pereira. A seguir o deputado Delegado Bradock requereu que o depoimento do Sr. José Evangelista de Souza fosse adiado. O deputado Neivo Beraldin submeteu à deliberação da Comissão a reconvocação do Sr. Giovani Gionédís, do Sr. José Evangelista de Souza, bem como o representante legal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alertando que se este não comparecer ou justificar, fica convocado o presidente daquele Tribunal, para o dia 29 de outubro do corrente ano, neste auditório, às 10h00. Em votação. APROVADO. As indagações dos senhores deputados membros e as respostas dos depoentes constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

### Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Durval Amaral, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Nelson Tureck e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 07/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 13/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 86/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - REJEITADO por unanimidade. O presidente designará novo relator, conforme disposto no Regimento Interno; 05) Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 377/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Os deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 08) Projeto de Lei nº 395/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO, com voto em separado do deputado Durval Amaral; 09) Projeto de Lei nº 428/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 435/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês e Projeto de Lei nº 452/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 450/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 496/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Poder Executivo. Os deputados Durval Amaral, José Maria Ferreira e Jocelito Canto SOLICITAM VISTAS -

CONCEDIDA pelo presidente; 16) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. O deputado Tadeu Veneri, autor, SOLICITA A RETIRADA da pauta da matéria - DEFERIDO pelo presidente; 17) Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 18) Projeto de Lei nº 436/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 444/2003, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 481/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer do deputado Delegado Bradock requerendo DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Administração, lido pelo deputado Hermes Fonseca - DEFERIDO pelo presidente; 21) Projeto de Lei nº 492/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock à emenda de Plenário, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 495/2003, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer do deputado Delegado Bradock requerendo DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Administração, lido pelo deputado Hermes Fonseca - DEFERIDO pelo presidente; 24) Projeto de Lei nº 527/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 528/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 533/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori. O deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 27) Projeto de Lei nº 540/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 549/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. O deputado Tadeu Veneri, relator, requer DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes e Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO pelo presidente; 29) Projeto de Lei nº 555/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 593/2003, de autoria do deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Resolução nº 15/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 449/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 139/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 147/2003,

de autoria do deputado Nereu Moura. O deputado Durval Amaral SOLICITA DILIGÊNCIA junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ao Instituto Ambiental do Paraná e à Copel - DEFERIDO pelo presidente; 35) Projeto de Lei nº 272/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 349/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 389/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 402/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 446/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 510/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer favorável do deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 511/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 512/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 515/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 516/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 517/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 519/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 520/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 521/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 522/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 524/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 537/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 53) Projeto de Lei nº 556/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 54) Projeto de

Lei nº 562/2003, de autoria do deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 55) Projeto de Lei nº 569/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 56) Projeto de Lei nº 571/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 591/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 58) Projeto de Lei nº 595/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 59) Projeto de Lei nº 596/2003, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 60) Projeto de Lei nº 599/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 61) Projeto de Lei nº 601/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 62) Projeto de Lei nº 603/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 63) Projeto de Lei nº 608/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 64) Projeto de Lei nº 613/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 65) Projeto de Lei nº 618/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 66) Projeto de Lei nº 620/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 67) Projeto de

Lei nº 623/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 68) Projeto de Lei nº 629/2003, de autoria do deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

## Balancetes:

OFÍCIO Nº 14

Curitiba, 20 de outubro de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de Julho/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Julho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31.07.2003
MÊS: Julho	Exercício: 2003	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.500.000,00	96.800.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.500.000,00	96.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	2.000.000,00

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Julho ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Julho Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data:31.07.2003
--	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	12.642.506,11	89.208.319,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.762.201,19	75.467.317,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.880.304,92	13.741.002,20
DESPESAS DE CAPITAL	98.115,94	744.934,09
INVESTIMENTOS	98.115,94	744.934,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	12.740.622,05	89.953.253,51

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	35.535,68	497.936,38
PAGAMENTOS	35.535,68	497.936,38
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	619.745,00	3.257.416,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	619.745,00	3.257.416,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	655.280,68	3.755.353,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	14.095.824,10	14.095.824,10
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.095.824,10	14.095.824,10
TOTAL	27.491.726,83	107.804.430,97

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 15

Curitiba, 20 de outubro de 2003.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de agosto/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Agosto	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31.08.2003
MÊS: Agosto	Exercício: 2003	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	12.400.000,00	109.200.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.400.000,00	109.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	2.300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.000,00	2.300.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	12.700.000,00	111.500.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	307.758,74	4.551.845,83
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	307.758,74	4.551.845,83
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	307.758,74	4.551.845,83
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	14.095.824,10	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	14.095.824,10	4.760.343,88
TOTAL	27.103.582,84	120.812.189,71

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Agosto MÊS:Agosto	MÊS: Agosto Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data:31.08.2003
---	--------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	13.130.519,15	102.338.838,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.719.968,07	86.187.285,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.410.551,08	16.151.553,28

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DESPESAS DE CAPITAL	270.144,22	1.015.078,31
INVESTIMENTOS	270.144,22	1.015.078,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	13.400.663,37	103.353.916,88
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	497.936,38
PAGAMENTOS	0,00	497.936,38
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	28.480,00	3.285.896,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	28.480,00	3.285.896,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	28.480,00	3.783.833,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.674.439,47	13.674.439,47
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.674.439,47	13.674.439,47
TOTAL	27.103.582,84	120.812.189,71

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 16

Curitiba, 20 de outubro de 2003.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de Setembro/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro	MÊS: Setembro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:30.09.2003
--	----------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.200.000,00	122.400.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.200.000,00	122.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	2.600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.000,00	2.600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	13.500.000,00	125.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	263.608,91	4.815.454,74
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	263.608,91	4.815.454,74
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	263.608,91	4.815.454,74
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.674.439,47	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.674.439,47	4.760.343,88
TOTAL	27.438.048,38	134.575.798,62

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro	MÊS: Set4embro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data:30.09.2003
--	-----------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	12.788.356,56	115.127.195,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.521.846,86	96.709.132,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.266.509,70	18.418.062,98
DESPESAS DE CAPITAL	58.554,09	1.073.632,40
INVESTIMENTOS	58.554,09	1.073.632,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	12.846.910,65	116.200.827,53
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	497.936,38
PAGAMENTOS	0,00	497.936,38
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	2.980,00	3.288.876,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.980,00	3.288.876,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.980,00	3.786.813,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	14.588.157,73	14.588.157,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.588.157,73	14.588.157,73
TOTAL	27.438.048,38	134.575.798,62

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade